
CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA
HISTÓRIA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

Estudo de Geopolítica

CONSTANTES E LINHAS DE FORÇA DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA PORTUGUESA

Estudo de Geopolítica

II

A DEFESA DO EQUILÍBRIO

*Cá nós de uma parte nos cerca o mar e
da outra temos muro no reino de Castela.*

Gomes Eanes de Zurara

Crónica da Conquista de Ceuta,
edição da Academia das Ciências
de Lisboa, Lisboa, 1915, pág. 20.

1. *Um novo contexto*

No final do século XIV, já se aproximava o início da época em que a Europa ia empreender a constituição de grandes estados. Tendência que, na sua história, se sucede em alternância com outra em que predominam unidades políticas de menor extensão. O sentido desses grandes estados era conduzido segundo uma nova sistematização das forças políticas apoiadas no aumento do poder central e verificava-se, pela primeira vez, numa área culturalmente unificada que ia do mar Báltico à costa ocidental atlântica. Todo este território comportava diferentes experiências políticas, visando ajustar-se a diversas circunstâncias e com diferentes áreas de imposição. Apesar disso, através do Cristianismo, tinha-se mantido uma incontestável unidade espiritual, cujo alcance político se ia renovar: na Europa, o reforço do poder central e da autoridade do Estado não poderia fazer-se, com segurança, caso se esquecessem ou omitissem as restrições que o Cristianismo — em absoluto — impõe ao Poder, como tal. Na realidade, este, em caso algum,

pode legislar contra a religião, a moral e o direito natural. Limitação essencial para a defesa dos povos, mas incômoda ao Poder. Não podia ela, portanto, deixar de conduzir a tentativas de enfraquecimento da autoridade do Papa, como reserva fundamental da legalidade. O Poder sentia-lhe o peso, tanto doutrinariamente como pela capacidade de pressão que o Papado continuava a ter. E queria atenuá-la. Na primeira fase da Europa moderna que vai até à conquista de Constantinopla pelos turcos (1453), já se desenhavam acentuadas provas da impaciência dos poderes políticos quanto à autoridade do Papa e à própria doutrina da Igreja, acabando por envolver crises sociais de considerável amplitude. Neste campo, Wiclef (1382-1393), João Huss (1392-1422), assim como as posições extremas da corrente conciliar e outros movimentos de menor alcance, limitam-se, afinal, a dar viabilidade à resistência ao Papado.

Apelando, energicamente, para o dogma e para a confiança na unidade da fé, não hesitando na intervenção secular, a Igreja resistiu ao inevitável embate e, ao cabo de um longo meio século de disputas e de guerras, manteve-se intacta, como reserva da legalidade ou de caução quanto à idoneidade do Poder. Mas era muito claro que, na Europa cristianizada, tanto as objecções de consciência como os princípios de obediência papal encontravam dificuldades cada vez maiores em serem aceites pelos Estados: o papel do Papa, como árbitro, em face de tantas ambições hegemónicas, não parecia fácil de se manter. E embora a unidade espiritual tivesse dado mostras de um considerável amadurecimento, quanto ao valor político que a época lhe atribuía, também não era difícil encontrar quem quisesse passar do conflito dos interesses para a argumentação doutrinária, desinteressado das consequências. Por outro lado, quanto à tese conciliar, o papel que, no Concílio de Constança (1414-1418), desempenhou para restabelecer a unidade da Igreja trouxe-lhe prestígio e influência. A sua capacidade argumentativa para que o Concílio fosse tomado como a instituição suprema da Igreja, manter-se-ia, em face da própria Reforma protestante e depois, com altos e baixos, até à actualidade. Nunca mais deixou de ser, também, uma reserva institucional, desde que ressalvada a autoridade do Papa. Dai resultou a constituição do colégio de cardeais, forma administrativa e atenuada do princípio conciliar. Conservada a sua unidade, a Igreja vai prosseguir, neste século, uma função arbitral que o fortalecimento dos Estados e o alargamento das áreas de influência tornava indispensável. Intervenção da maior importância para o estabelecimento de uma legitimidade de domínio nas novas descobertas.

Portanto, embora numa situação de desafio, muito mais acentuada, a unidade espiritual da Europa não desapareceu, antes foi promovida ao longo de sucessivas reuniões (em especial, o Concílio da Basileia, 1431-1443), mas dela não resultou qualquer conjugação de esforços militares ou políticos (as tentativas de cruzada falharam todas). Só que o Papado permaneceu como a base para negociações diplomáticas e o estabelecimento de compromissos. Nessas condições, o processo interno de centralização do poder e de integração do senhorialismo em estados unitários é conduzido com um mínimo de guerras internacionais. A França consegue ultrapassar as dificuldades da Guerra dos Cem Anos e consolida a capacidade executiva da realeza, assente na realidade do povo francês, entidade indispensável para a unidade do Estado, sem ter de suprimir os particularismos inevitáveis. Depois da batalha de Azincourt (1415), com a desorientação dos territórios do reino da França e o consequente enfraquecimento geral, o que se verificou foi a impunidade dos particulares. Assim, a centralização vinha a revelar-se vantajosa. Carlos VII e depois Luís XI herdaram essa experiência do povo francês e restabeleceram a segurança possível. Com eles, a unidade dos povos da França venceu, primeiro os ingleses, depois o regionalismo feudal. Essa política interna da França não pode separar-se do destino político da Flandres e da Borgonha, que naquela acabaram por se integrar.

Idêntica política centralista foi seguida pelos Habsburgos na Europa Central, partindo da Áustria a iniciativa da unidade política. A primeira fase garantiu a permanência daquela família no trono austríaco; em seguida, chamou a si grande número de estados alemães. Orientação diferente da da que a França tinha adoptado: aproveitava o regionalismo e federalizava-o, criando instituições mais corporativas que centralistas.

Enquanto estas ocorrências se desenvolviam nas duas áreas fundamentais da Europa medieval, a Inglaterra, a verdadeira vencedora da Guerra dos Cem Anos, mergulhava numa guerra civil encabeçada pelas famílias mais importantes do reino. Daí acabou por emergir uma monarquia centralizada, embora não o fosse do mesmo modo que o eram a França, a Áustria, ou a Espanha.

A Itália, onde o Papado mantinha uma influência decisiva, definia-se através de poderes regionais poderosos que mantinham a sua capacidade de organização e de influência, tornando muito precário qualquer projecto unificador. E foi assim, enquanto a Itália manteve a chave do equilíbrio europeu. Os problemas da unidade política apresentavam-se na

Itália de uma forma diversa da que tomavam na França e na Alemanha. Área de grande importância estratégica e económica, a unidade italiana era inatingível pelos seus próprios recursos e só realizável por intervenção estrangeira, e em proveito desta. Deste modo, os diferentes estados italianos e o Papado preferiram uma regionalização que correspondia à organização de verdadeiros estados. A unidade italiana era uma mera concepção histórica. Acresce que Milão, Génova, Veneza, Florença, Nápoles ou Roma não podiam desprezar os seus interesses extra-italianos, que não eram coincidentes. Impossível aceitarem uma unificação que os sujeitasse a uma política coincidente que, em face da diversidade dos interesses italianos de então, nada significava para o conjunto: a acção e o pensamento político da Itália deste período amadureciam em sentido diverso das exigências centralizadoras.

Na verdade, a constelação política da Europa deu um alcance muito típico à unidade europeia. Esta só tinha sido conseguida uma vez, com Carlos Magno, quando da situação instável de uma ameaça comum. Ameaça que, no século XV, não existia: a divisão da Europa em estados era a consequência natural e legítima da sua força regional. Mas o Papado como «Tribunal internacional» não deixava de ser uma conveniência altamente desejável.

No Mediterrâneo Oriental, debatia-se, nesta primeira metade do século XV, um império bizantino exangue, atacado pelos turcos que se tinham instalado na região. Estes acabaram por suprimir o Império e tornaram-se a potência dominante. Mas as possibilidades de «absorverem» a Europa eram nulas. Embora fosse humilhante a ameaça turca, no conjunto de toda aquela área, não tinha nem recursos demográficos nem tecnológicos para generalizar a toda a Europa uma tentação de perigo, mesmo potencial. Dava mais oportunidades a negociações mediterrânicas do que à guerra.

Por um lado, era certo que a Europa não poderia substituir o domínio turco. A experiência política europeia era de desenvolvimento regional — como hoje se diria — e não de expansão militar primordial. Todas as tentativas feitas para as potências europeias se instalarem no Próximo Oriente tinham falhado: as Cruzadas, os Anjous, os Catalães, para não falar nas Ordens militares ou em Veneza e Genova, só tinham chegado a compromissos de instalação. Assim, para negociações, era preferível um «império» turco, centralizado e essencialmente fiscal, a poderes locais, ávidos de exorbitar na remuneração das vantagens que ofereciam. Por outro lado, para os estados europeus, quem, na Europa, dominasse o Próximo Oriente e a

Itália alterava, em seu favor, o equilíbrio mediterrânico e europeu, o que provocaria a resistência dos outros estados, isto é, uma guerra europeia generalizada. O turco era o menor dos males. E foi ele que se impôs, instalando-se, a seu modo, no Mediterrâneo Oriental. Naquela altura, faleciam-lhe os recursos para ultrapassar aquela área marítima.

Assim, na primeira metade do século XV, assistimos, na Europa à constituição dos estados que haviam de ser fundamentais, até fins do século XVIII. Os pequenos estados que se mantinham, eram realidades nacionais insofismáveis. Além disso, o seu domínio por grandes estados alteraria por completo o equilíbrio entre todos e seria, também, a fonte de guerras constantes. O facto era válido tanto para a Itália como para a Península Ibérica, como para o mar do Norte e o Báltico.

Na Península Ibérica, o processo de centralização apresenta indiscutível especificidade, tanto pelo critério orientador como pela execução e pelos elementos imprevistos que nela intervieram. Enquanto todos os territórios europeus apresentam continuidade de factores relativamente ao período anterior, no caso da Península a expansão marítima para áreas novas vem suscitar um conceito de espaço completamente diferente e que os estados hispânicos são, primeiro que ninguém, chamados a considerar.

O processo da unificação encabeçado por Castela e por esse modo começado no século XIII, sofreu, com a resistência portuguesa, uma derrota total. Mas com essa derrota só ficava eliminada uma «via» de unificação. Era essa a de fazer seguir, à unificação de Leão com Castela, a integração de Portugal o estado da orla atlântica. Ainda antes da aquisição de novos espaços a Ocidente, a atitude de Portugal significou a recusa dura e eficaz desse projecto de integração da orla marítima atlântica numa política concebida no sentido da centralização. A derrota era significativa pois levou Castela a pôr de parte uma orientação seguida, desde havia cem anos, quando dos diferendos entre D. Afonso III de Portugal e Afonso X, o Sábio. E nunca mais se repetiu a conjugação de forças internas e externas que permitiram concebê-lo como realizável, ainda que nunca desejável para portugueses.

O insucesso de D. João I de Castela provocou uma paragem nas tentativas de unificação peninsular. Tinha-se aqui chegado ao encontro de áreas específicas, bem determinadas, com a consciência do que perdiam, caso deixassem de ter independência política: Portugal, a autonomia atlântica; Granada, a sua própria personalidade religiosa; Aragão, o predomínio dos

seus interesses mediterrânicos. A possível unificação peninsular desenhava-se, assim, entre os cristãos, como só podendo ser negociada; para os territórios de obediência maometana, só podia ser realizada *manu militari*. Foi o plano que veio a prevalecer.

Portugal, depois da sua vitória, não tinha as mesmas concepções geopolíticas que tinham orientado até então a sua estratégia peninsular; o conceito de equilíbrio compensado no mar do Norte, que a época fernandina tinha utilizado, deixara de apresentar viabilidade.

2. *O apoio do mar do Norte*

A vitória de D. João I sobre Castela confirmava a confiança de Portugal na capacidade de obter por mar a compensação de forças que lhe permitissem enfrentar a ameaça militar vinda da fronteira terrestre. Representava igualmente a confiança na sua capacidade de manobra, no sentido de trazer os castelhanos ao melhor lugar de combate e na possibilidade de colocar os centros do poder a suficiente distância da fronteira terrestre que lhes permitisse a imunidade e a mobilidade militar necessária à defesa do País. As Cortes reunidas para designar o rei nacional realizaram-se em Coimbra, cidade também distante da fronteira e protegida pelas montanhas da Beira. O seu domínio estava condicionado à conquista de Lisboa. Encontrava-se, portanto, praticamente inexpugnável. Uma vez escolhido o rei, deixara de existir o problema político, em termos nacionais. Passou-se a uma fase exclusivamente militar. Nessas condições, a localização da batalha de Aljubarrota insere-se numa tática permanente: foi ela travada só quando as linhas de comunicação castelhanas eram muito extensas e distantes da fronteira. Os castelhanos *foram forçados* a travar a batalha para decidirem a luta, com vista a eliminarem o exército português, antes de conquistar Lisboa. Os castelhanos foram assim *empurrados* para a batalha. O seu objectivo — como já sucedera em 1384 — continuava a ser atingir — ou neutralizar — o centro político da resistência: Lisboa. Aí se apoiava a opção nacional atlântica, encabeçada pelo mestre de Avis e generalizada ao conjunto da costa. D. Nuno Álvares Pereira é o lúcido executor de todas estas potencialidades estratégicas.

Não corresponde à verdade histórica definir a opção nacional da crise de 1383-1385, em termos sociais; pertence muito mais a características

geopolíticas bem determinadas, incorporando-se na definição de Portugal como criador de uma área atlântica própria.

Em face da vitória de Aljubarrota e dos acontecimentos que a prepararam, D. João I e os seus partidários estavam certos tanto dos recursos da cidade de Lisboa como das comunicações que ela assegurava. Aquilo que representava o mais seguro recurso nacional para resistir ao invasor revelou surpreendentes virtualidades estratégicas. Nele podia escorar-se toda a capacidade de assegurar o apoio externo, com vista a garantir a viabilidade política e militar do Estado vencedor. Daí, o interesse em assegurar toda a espécie de comunicações com o Norte da Europa. Naquela altura, as potências mediterrânicas só muito remotamente podiam ligar importância a oportunidades como as que podiam decidir-se em Portugal: o Atlântico era uma hipótese, rica mas remota. O Mediterrâneo, amarrado à sua tecnologia regional, limitada à sua própria área, carregado de problemas específicos, olhava-o, tão só, como uma área de «saída», mas, naquela altura, de alcance ainda muito limitado.

No plano diplomático e militar, com a vitória de Aljubarrota, acentuava-se o papel que Portugal podia desempenhar no apoio à candidatura do duque de Lencastre ao trono de Castela. Importava só ressaltar que desistisse das pretensões que pudesse vir a ter à coroa portuguesa, caso chegasse à realeza castelhana. Como complemento indispensável do acordo, o Lencastre acedeu à condição. Nesse termos, o tratado entre Portugal e a Inglaterra tornava militarmente viável a sua candidatura. A aliança inglesa apresentava-se como uma diversão de interesse para Portugal, tanto mais que as probabilidades do Lencastre eram muito limitadas: as armas inglesas encontravam-se em recuo e o país agitado não permitia muitas esperanças para uma guerra prolongada. Por isso, as condições exigidas a Portugal foram pesadas e imediatas. Mas o que interessava para Portugal era dar capacidade militar à ameaça inglesa. Nesses termos, entre 1387 e 1392, navios portugueses foram cumprir missões militares na área do mar do Norte, e D. João I acolheu o duque de Lencastre, instalado na Galiza. A aliança inglesa foi ainda consolidada pelo casamento de D. João I com D. Filipa de Lencastre: Portugal não era só peninsular.

O rei português ficava ligado às pretensões inglesas ao trono de Castela. Mas se o facto agradava, o estado de guerra com a realeza castelhana tinha a vantagem de conservar a intervenção inglesa como possível, aumentando os perigos para Castela, caso pensasse reactivar a

guerra contra Portugal. Esta situação potencial, de grande utilidade para D. João I, trouxe a necessidade de manter tropas, em pé de guerra, em todo o País, durante cerca de trinta anos. Mas também facilitou a possibilidade de negociar tréguas com Castela, todas as vezes que se apresentava oportunidade para tanto.

A aliança inglesa deve entender-se, para Portugal, como um meio para campanhas de diversão, muito perigosas para Castela, ao mesmo tempo que lhe bloqueava a iniciativa de operações militares, por receio de outras. Nesse campo, a sua utilidade foi enorme. E de facto, D. João I assim o entendeu, e fez todos os sacrifícios para a manter, dispondo-se, neste novo contexto, a repetir a política de D. Fernando. Desta vez contava com a colaboração nacional e com os interesses do duque de Lencastre. E o resultado foi, assim, positivo.

No conjunto, e até final do primeiro decénio do século XV, a situação mostrava que estava definitivamente adquirido um facto que a Guerra dos Cem Anos tinha tornado perfeitamente claro: numa Europa cujo equilíbrio de forças passava a desenhar-se, com apoio em áreas diversas, atlânticas e mediterrânicas, a Península Ibérica não podia ser tomada como uma área uniforme. Os seus interesses inseriam-se de uma forma variada no equilíbrio europeu, conforme a região ou o Estado que o considerasse. E, reciprocamente, alteravam-se os apoios por ela solicitados ou recebidos. Em suma, não havia unidade estratégica da Península; os Estados que a constituíam resultavam e mantinham-se, afinal, a partir dessa mesma diversidade.

As forças presentes na Península nem eram só peninsulares, nem só europeias; ligavam-se tanto ao Mediterrâneo Central como ao Norte de África, como ao mar do Norte. Nesta altura, não havia outras hipóteses. E quanto mais a tecnologia das comunicações e as relações comerciais estabelecessem ou impusessem contactos entre o mar do Norte e o Mediterrâneo mais se acentuaria a divisão geopolítica e estratégica da Península Ibérica. Por um lado, quanto mais ameaçado estivesse o Reino de Granada mais a pressão marroquina se faria sentir. E quanto maior fosse a pressão de Castela sobre o reino aragonês mais este procuraria apoios na Itália e na Provença. E se a monarquia de Meseta supusesse poder voltar à costa atlântica, isto é, a Portugal, mais o oceano seria a área por onde o País procuraria os apoios e as diversões. Portugal, com D. João I, concebeu o Atlântico como uma área estratégica essencial. O sentido em que o procurou é que evoluiu ao longo do reinado.

Nessas condições, quando os interesses ingleses na Península diminuíram, em face das perspectivas francesas e borgonhesas, articulou-se em Portugal uma política diplomática, no sentido de sujeitar Castela a manobras de diversão e a pressões vindas de outras áreas. Só assim continuaria a ser impossível a concentração de forças castelhanas na fronteira terrestre, não só porque a fronteira marítima continuaria aberta, como porque as outras fronteiras de Castela não estavam imunes. Essencialmente, nesta altura, não convinha a Portugal o enfraquecimento de Granada ou de Aragão, com vista a que Castela tivesse ameaças laterais.

Todos estes elementos se integram ainda numa ordem tradicional de forças europeias. Pertence ao reinado de D. João I a alteração radical no modo de entender o equilíbrio peninsular, na perspectiva dos interesses portugueses. O problema da política externa nacional vai orientar-se para a exploração de novos recursos estratégicos, assentes noutra hipótese de oceano Atlântico e que vem acrescentar-se ao que se concebia em puros moldes europeus.

3. *Uma nova perspectiva de Atlântico*

A hipótese de passar a África não era nova nos projectos peninsulares. Para só referir os acontecimentos mais próximos, citar-se-á, primeiro, esse mesmo Afonso X, o *Sábio*, que tanta influência exerceu em Portugal. Em seguida, por ordem de importância deu-se, em 1400, a destruição da cidade de Tetuão por uma frota castelhana. Novidade era a concepção do projecto por portugueses. Maior novidade ainda — a ponto de a podermos considerar imprevisível — foi a sua ligação com a descoberta da arte de navegar em direcção ao Atlântico Sul.

A proposta da ida a Ceuta nasceu dentro de uma comunidade segura, senhora das suas possibilidades. Dois séculos de vida independente tinham dado a Portugal a consciência da sua completa capacidade autonomista, tanto no plano económico, como militar e diplomático. Negociava em produtos de grande interesse, lã grã, trigo, mel, cera, sal, vinho, para áreas de tráfego muito lucrativo, como sejam a Flandres, a Borgonha, a França atlântica ou Londres, Bristol, etc. À medida que cresciam as relações *Norte da Europa-Mediterrâneo*, tinha-se tornado cada vez mais importante a função da costa portuguesa, como zona de apoio. E enquanto Castela fora aliada da França, a acção de Portugal contribuiu para neutralizar o alcance

estratégico dessa aliança. Era, ao mesmo tempo, condição essencial para que as ambições hispânicas da Inglaterra pudessem ter algum sentido. Noutro aspecto, verificava-se ainda um grande choque de interesses, dificuldades de comércio, diferenças de perspectiva política, diversidade de ritmo económico, assim como rivalidades de toda a ordem, entre Castela, Aragão, Barcelona e a Espanha muçulmana. Não tinha assim Portugal qualquer preocupação quanto à inviabilidade da sua independência. Cidades como Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Viana, Santarém, etc., tinham uma movimentação económica própria, ou local ou virada ao Atlântico. As comunicações por mar e para o mar eram muito mais fáceis do que no interior. Isto quer dizer que os produtos podiam, com muito mais facilidade, ser remetidos por mar do que promover a sua valorização pela circulação interior. Um homem como D. Nuno Álvares Pereira, originário do Centro do País, casado no Norte, e com terras no Sul, tinha uma noção bem clara da unidade específica da sua Pátria e do sentido dos seus interesses unitários. Outro como D. João, mestre de Avis, sabia perfeitamente que a subalternidade social e política esperava Portugal, caso este ficasse dependente de Castela. Muito mais poderosa família que a sua era a de João Manuel, da Biscaia, e acabou por ser reduzida à de simples colaboradora — ainda que condicional — dos reis de Castela, arrastando toda a região à dependência económica do interior castelhano. Uma cidade como Lisboa não podia ignorar que o seu Governo com chefes dependentes de Castela seria muito menos estimulante do que o aproveitamento das evidentes possibilidades marítimas. A imagem de uma Lisboa atlântica é a que perpassa nas crónicas de Fernão Lopes.

Definiam-se, com clareza diamantina e na altura própria, as duas alternativas que se apresentavam a Portugal: ou explorar a fundo a sua posição no extremo ocidente da Europa, quando tinha não só função económica como estratégica e política, ou incluir-se numa aparência de federação arbitrária que, de modo algum, podia dispensar uma hegemonia centralizadora pois a Península sempre foi, desde a pré-história, uma área geográfica sem qualquer unidade política nem civilizacional. Nós o sabemos, desde os romanos ou pré-romanos. É um facto que há uma Península Ibérica; assim é outro facto o não haver civilização ibérica. E as exortações poéticas ou demagógicas de unidade nunca tiveram, nem têm podido ter, qualquer efeito estimulante ou capacidade de conexão para o viver concreto das populações. Nada há de comum entre a Biscaia e a Catalunha, a Galiza e a Andaluzia, entre Portugal e Aragão, comparações inúteis, quanto à dinâmica própria

a cada uma. E se a autonomia política destas áreas não foi suficientemente forte para impedir a compreensível aglutinação por uma potência centralista como Castela, é um triunfo de Portugal, e prova da sua maturidade, ter sido mais bem sucedido do que as outras áreas e ter sabido conservar a sua definição própria de maioria política: a independência como Estado.

Viu-se como a primeira tentativa, nesta fase, de unificação da Península por Castela, dirigindo-se para ocidente e dominando Portugal, se gorou por completo. Num processo político-militar de grande maturidade, a nação portuguesa soube eliminar as consequências da derrota militar, expressa pela escritura de Salvaterra de Magos. Criou, primeiro, uma direcção de Estado, centrada na área mais responsável para a opção atlântica que é Lisboa. Chamou à sua colaboração Évora, Coimbra e Porto. Manifestou a sua capacidade estratégica, ao escolher as armas militares e a tática que mais convinha aos recursos e condições portuguesas. Estabeleceu-se, ao mesmo tempo, uma justificação do Poder e uma política externa específica, definida essencialmente por aquilo a que se deu o nome de «aliança inglesa». No entanto, ao deslocar-se, a partir do século XV, o interesse de Inglaterra para outros objectivos, em França, mais absorventes e prováveis do que a Península Ibérica, que podia fazer Portugal para compensar essa carência?

Dois caminhos, logo à primeira vista, se lhe apresentavam. Um consistia em aproveitar a sua posição de vencedor e reforçar as resistências peninsulares a Castela, arriscando-se ao dolo das alianças constantemente negociadas e a guerras intermináveis. Um segundo era procurar outras posições de segurança no oceano Atlântico ou através dele. O caminho adoptado foi este último. Pensado, inicialmente, em relação à Inglaterra e ao mar do Norte, como se viu atrás, as suas perspectivas renovaram-se completamente ao aplicar-se à área atlântica, ao sul do Algarve. Na verdade, em face do desinteresse inglês pelas questões peninsulares, depois da paz de Portugal com Castela (1411, mas só definitiva vinte anos depois), o novo sentido da alternativa atlântica começou a definir-se com a expedição a Ceuta, levada a efeito depois da subida de Fernando de Castela ao trono de Aragão (1412).

Tem-se considerado a conquista de Ceuta à luz de factores que a sociedade da época não vivia, nem analisava com as nossas prioridades, como seja à luz de factores religiosos, económicos ou sociais. Eles podem, muito naturalmente, ser hoje encontrados com os meios de pesquisa de que dispomos, uma vez que lá estavam, na integralidade da época. Mas a sua

discriminação conceptual não se fazia com a substantivação e hierarquia que hoje lhe damos. Acresce que tanto esses como outros factores, que a época acolhe e exprime, constam em todos os actos da comunidade. Não há contudo, possibilidade de os diferenciar em formas excepcionais e possantes, providas de dinâmica específica, tanto para a conquista de Ceuta como para o momento em que ela ocorreu. Assim, a discussão histórica tem aludido a razões conjunturais e intelectualizadas, isoladas e exploradas pelos nossos recursos de abstracção, sem que tenham o mesmo alcance na época. Dar a conquista de Ceuta, como alternativa para um torneio, o resultado do conselho de um alto funcionário da Corte de D. João I [porque o deu?()]. de uma motivação religiosa ou por necessidade de trigo carece de capacidade nacional. Sem se chamar a atenção para a sua ligação com a política peninsular, manifesta-se sempre como um factor sem densidade, além de desprovido de capacidade de localização no tempo. Percebe-se, assim, que David Lopes perguntasse «que foram os portugueses fazer a Marrocos?» E porquê em 1415? Historicamente, interessa explicar «porquê» naquela altura e nenhuma daquelas outras «explicações» consegue fazê-lo. Ora a verdade é que não havia razões imediatas, económicas ou religiosas, para a conquista de Ceuta. Foi até necessário consultar os teólogos sobre a sua legitimidade e a resposta não foi clara. De todos os textos contemporâneos a respeito desse acontecimento, ressalta um aspecto de grande interesse: só dão, justamente, justificações gerais. Na verdade, assim tinha de ser. As razões para a conquista eram outras, visavam o equilíbrio das forças internacionais. A operação militar é o resultado de uma estratégia, deriva directamente da insuficiência do apoio provável da Inglaterra a Portugal no século XV e tem em vista assegurar para Portugal uma maior área de intervenção, para o equilíbrio

(¹) Interpretação de muita voga, mas sem qualquer base documental ou sequer verosimilhança histórica; forma de ligar à «burguesia» a expedição de Ceuta. Mas: que «burguesia»? Porquê a «burguesia»? Este chavão, cronologicamente peripatético, tem sido colocado, como a nata das explicações, nos mais variados acontecimentos da história portuguesa. Por um simples termo, acalmam-se na verosimilhança actualista, os esforços para uma segura compreensão do fenómeno histórico mais complexo. Crítica, nenhuma. Faltam-lhe todas as condições preliminares de uma hipótese científica: base documental, prova específica da intervenção em cada momento, falta do veículo realizador dos projectos. Mas que «classe» era essa que dispunha de um vedor da fazenda no «aparelho do Estado» (empregando já o calão propiciatório à injunção), sem ter tido sequer recursos para sua própria organização profissional? E vamos esquecer a situação peninsular, a cidade de Lisboa, as preocupações da Corte, para assentarmos no que até hoje ninguém conseguiu definir ou isolar operativamente: a «burguesia» portuguesa do princípio do século XV?!

peninsular ibérico, de modo a poder agir como forma de pressão sobre Castela, por um lado, e de valorização do reino aragonês no Sul, por outro.

Vista no contexto da política externa, a conquista de Ceuta constituía uma tomada de posição que tornava Portugal influente noutra área complementar do território peninsular e de grande interesse estratégico para a Andaluzia. A presença de cristãos em Marrocos tanto podia ajudar à conquista de Granada pelos castelhanos como aumentar a pressão militar que sobre eles se podia exercer, em caso de um ataque seu às extensas fronteiras portuguesas, como ainda facilitar a intervenção aragonesa numa área «castelhana». Acrescente-se que Ceuta facultava uma posição de excepcional valor no estreito de Gibraltar, permitindo enfrentar a pirataria que tanto prejudicava as comunicações Mediterrâneo-Atlântico. Tem de ver-se dentro do jogo das forças do princípio do século XV, e numa evolução em que a política externa portuguesa procurava apoios para a sua posição peninsular e para as ameaças a que ela estava sujeita. A incerteza de poder contar com a ajuda de um posição influente e determinante no mar do Norte explica esta marcha para o Mediterrâneo e a criação de um ponto de manobra que aumentasse a capacidade de intervenção diplomática e eventualmente militar, no equilíbrio peninsular. Aliás, o esforço para procurar apoios próximos, quer nas áreas marítimas, quer nas áreas territoriais, era uma tendência das monarquias hispânicas. Pela mesma altura, Aragão empreende, com o seu rei Afonso V, uma política de influência na Itália e na Sardenha, da mesma ordem da que Portugal a procurava no Atlântico Sul, à entrada do Mediterrâneo. E deste modo, as três monarquias hispânicas ficavam ligadas às respectivas áreas mais próximas: Castela dos Transtâmaras, ligada à França, Aragão, ligado à Itália, e Portugal, ligado ao Atlântico Sul.

4. As insuficiências da alternativa

A conquista e conservação de Ceuta foi acompanhada, muito de perto, pela expansão marítima portuguesa de que resultou a descoberta da viagem de ida e volta para a Madeira e a inclusão desta na vida europeia. O ter sido descoberta despovoada, ao contrário do que sucedia com as Canárias, mostra os limites da tecnologia naval europeia e o progresso que os portugueses lhe deram. O povoamento da ilha, assim como o tráfego de Arguim e a presença portuguesa em Ceuta levaram a que se constituísse uma área de influência europeia, inteiramente nova e que, a pouco e pouco, acabou por

permitir que se constituísse uma forma de apoio atlântico, diferente da que se centrava no mar do Norte, saturado de compromissos. No entanto, os recursos deste último eram muito maiores e de aproveitamento imediato. Em contrapartida, o tráfego da costa de África, a colonização e Ceuta apresentavam dificuldades inesperadas, antes que constituíssem uma alternativa ponderável. Na verdade, verificou-se, logo depois da conquista de Ceuta, que o facto polarizou as energias das populações marroquinas no sentido de recuperarem a cidade, forçando Portugal a um constante e considerável esforço de guerra. E se D. João I ofereceu ao rei de Aragão o uso da cidade como base para uma campanha contra Granada, o certo é que ele recusou. No entanto, ficava assim mais esclarecido o teor da política ibérica de D. João I, no sentido de assegurar o equilíbrio de forças entre Castela e Aragão, atraindo este último reino mais para o sul. Linha seguida na actividade do rei português, como medianeiro entre castelhanos e aragoneses, constantemente exercida, entre 1420 e 1433.

Esta orientação não deve levar-nos a supor D. João I desinteressado das relações com o Norte da Europa. Também nesse campo tem cabimento a sua política marroquina. O papel de Ceuta veio a ser reforçado pelo desenvolvimento da exploração da costa de África e do oceano. Esses três pontos conjugados tornaram Portugal uma potência a considerar relativamente à saída do Mediterrâneo e alargava a outras áreas a influência que a costa portuguesa já exercia sobre o tráfego europeu. Não obstante, a sua influência sobre o Atlântico Sul só lhe podia trazer vantagens se fosse possível ligá-lo às necessidades do mar do Norte e do Mediterrâneo e caso o domínio das novas áreas pudesse ser mantido. Ora, para isso, D. João I precisava ter posições seguras. Foi o que procurou com o casamento da sua filha D. Isabel, com Filipe, o Bom, duque de Borgonha, sem descurar o melhoramento das relações com a França, já que a Inglaterra, envolvida nas ambições francesas, não tinha grandes capacidades de colaboração. No mesmo sentido casou o príncipe herdeiro D. Duarte com a irmã do rei Afonso V de Aragão e D. Pedro com a filha do conde de Urgel, rival da família reinante. Parecia querer precaver as suas ligações aragonesas contra todas as eventualidades.

D. João I orientava-se, pois, em dois sentidos: manter uma abertura, no mar do Norte e no Mediterrâneo, e uma posição de força, no mar ao sul do Algarve. E tanto para assegurar o acesso a duas áreas comerciais, como para garantir um foco de pressão sobre a Península e condições de

equilíbrio interno entre Castela, Granada e Aragão, a tônica da política externa de D. João I assentava na exploração das capacidades do Atlântico, que, desde logo, surgia cheio de virtualidades estratégicas.

Esta capacidade de aproveitar o Atlântico Sul levada a efeito por um estado europeu — Portugal — era o elemento novo que se acrescentava às forças tradicionais já definidas para o século XIV.

No entanto, as possibilidades de a África constituir para Portugal uma alternativa e um apoio para garantir a sua posição no equilíbrio peninsular evoluíram muito vagarosamente, ao longo do primeiro quartel do século XV. O conhecimento do mundo marroquino no seu próprio local revelava a sua resistência, em profundidade. Só muito limitada e superficialmente condicionado pelas circunstâncias europeias, era susceptível mais de absorver as energias portuguesas do que constituir uma hipótese alternativa para Portugal, na sua posição, face a Castela. Este primeiro equívoco era agravado pela situação europeia que evoluía no sentido de se estabilizar, aumentando o poder sugestivo — no ponto de vista económico — dos seus grandes centros comerciais do Norte, face às perspectivas do Sul, novas e ainda incertas. Naquela altura, o ducado da Borgonha constituía um mercado de grande interesse para Portugal que aí colocava os vinhos, o sal, os corantes, os produtos exóticos e era uma esperança para a produção de açúcar madeirense. E da Flandres recebia Portugal produtos industriais e as artes civilizadas, desde a moda à tapeçaria. Por sua vez, para a Borgonha, Portugal continuava a constituir um recurso, ainda que remoto, para comprometer ou negociar, relativamente aos efeitos de uma aliança, sempre possível, entre a Castela transtâmara e a França.

A situação modificava-se devagar. Os resultados obtidos com a expansão revelavam virtualidades consideráveis, quer pelos produtos exóticos que tinha trazido para o leque de artigos facultado pelo comércio português, quer pela maior capacidade de intervenção peninsular, facultada pela posse de Ceuta. Portugal tornava-se uma unidade de peso mais considerável para a arbitragem de conflitos entre Castela e Aragão. E a maior segurança dos mares contra a pirataria melhorava as condições de tráfego para o Mediterrâneo. Eram, não obstante, resultados difusos. A deficiente cobertura militar e a conseqüente incerteza quanto à manutenção dos resultados, no que se refere às praças de África, comprometia muito o seu aproveitamento estratégico, sempre solidário da segurança. Para o melhorar,

impunha-se libertá-las do perigo de reconquista. A política externa portuguesa, no seu funcionamento coerente, dependia pois do «perigo» marroquino.

Nessa posição se dispunha pois a constante básica da política externa portuguesa, já então convenientemente clarificada: a defesa de um equilíbrio concreto entre todas as forças políticas fundamentais que actuam na área onde, especificamente, Portugal se insere. Essa constante só se altera na circunstância de que a área não é sempre a mesma e as forças que nela intervêm também se modificam. É para a corrigir, quanto às novas variáveis, que se aplicam os ajustamentos necessários. Mas o essencial não muda: a procura de forças que lhe permitam uma existência arbitral. As variantes que comporta constituem o seu enriquecimento crítico no conjunto de história diplomática.

A este respeito duas políticas se debateram na corte portuguesa, exibindo duas tendências bem diversas a respeito do apoio procurado no mar. Uma defendia o alargamento da área africana, de modo a permitir que se tornasse uma alternativa autónoma, isto é, dotada de condições para uma pressão militar. O seu principal mentor era D. Henrique. Outra, embora aceitasse a exploração africana e a posse de praças em África, entendia que a ligação com a Borgonha, Inglaterra e com o Mediterrâneo e o mar do Norte continuava a ser o essencial para o País e devia ser reforçada. Defendia-a D. Pedro. D. João I, pai de ambos, aceitava as duas posições. É o que se verifica pela sua política de casamentos e de aproximação com a Borgonha e o reino aragonês. Deve dizer-se, porém, que a dualidade só se tornou mais visível, a partir da segunda metade dos anos vinte do século XV, decerto quando começou a verificar-se a insuficiência de uma política apoiada em compensações exclusivamente procuradas em África. Os constantes ataques a Ceuta e as consequentes responsabilidades militares no Norte de África tornavam problemático que a instalação portuguesa em Marrocos chegasse para compensar as incontestáveis incertezas quanto ao apoio que podia esperar-se do Norte da Europa. Por esta altura, e nesta ordem de condições, D. João I negociou, como se disse atrás, para seus filhos três casamentos importantes, dois em Aragão, um na Borgonha. Ao mesmo tempo que procurava a aproximação comercial com esta última região, sem esquecer a Inglaterra. Posição complementar indispensável. Na verdade, os recursos do Atlântico africano funcionavam ainda como recursos de negociação em prováveis situações de crise como mero reforço da efectiva capacidade militar dos portugueses.

A Europa evoluía lentamente para a estabilização dos estados e a codificação dos compromissos internacionais. Afinal, a única zona naturalmente incerta, pela novidade, era essa que os portugueses exploravam. Em vista disso, toda e qualquer valorização política da região só podia ser feita por Portugal.

Depois do insucesso da tentativa de D. João I, rei de Portugal, de casar uma filha sua com João II de Castela, este acabou por casar-se com uma filha de D. Fernando, o de Antequera, rei de Aragão, irmão portanto de D. Leonor, mulher de D. Duarte. Desenhava-se bem claro o projecto de unir Castela e Aragão, isto é, unir a Meseta ao Mediterrâneo, mar menos solitário que o Atlântico daquela época. Não era menos claro que tal projecto preocupava os portugueses. Caso não o pudessem impedir, impunha-se que se preparassem para a emergência. Consequentemente, Portugal dispunha-se a consolidar a sua influência no Atlântico Sul. O infante D. Henrique tomou, a esse respeito, uma posição inequívoca: defendia a consolidação do domínio português à entrada do estreito de Gibraltar pela posse de mais cidades em Marrocos; considerava que devia prosseguir a expansão ao longo da costa de África. D. Pedro, ou acabou por aceitar, ou não teve força para se lhe opor. Dela resultou o desastre de Tânger, ocorrido em 1437.

Apesar de vitoriosos, os mouros não conseguiram recuperar Ceuta. Mas, no plano interno em Portugal, não pode desligar-se o desastre de Tânger da subida à regência do infante D. Pedro, duque de Coimbra, depois da morte de D. Duarte, assim como a diminuição dos envoltimentos marroquinos.

5. Os riscos do regresso à Península

O desastre de Tânger, ocorrido em 1437, revelou as dificuldades em constituir, em Portugal, um sistema de segurança para equilíbrio da Península Ibérica, comportando o recurso a Marrocos e ao Atlântico Sul e que não passasse pelos interesses da Europa do mar do Norte. E no entanto, era indispensável. A Europa só estava interessada nas relações com áreas de habilitações bem determinadas e não tinha qualquer inclinação para dispersar as suas forças por zonas longínquas ou incertas. O facto aumentava a necessidade dos encargos já tomados no Atlântico Sul, apesar da derrota sofrida. Aí, Portugal, pela sua própria acção e capacidade, podia tentar uma influência mobilizável que apoiasse a sua posição hispânica, potencialmente hegemónica. Podia ainda obter mercadorias para o comércio com

o mar do Norte. Um primeiro perigo, nesta valorização de uma área estratégica nova para a Península cristã, era que ela se revelasse inútil, não operacional. Precisamente o que tinha acontecido, quanto ao mar do Norte, com a aliança inglesa, ao longo do século XV. O segundo perigo provinha do escasso conhecimento das possibilidades marroquinas e atlânticas, ainda não experimentadas, em termos de geopolítica, dificultando a sua intervenção.

A outra alternativa consistia no regresso ao puro equilíbrio peninsular e à participação directa nas suas incertas disposições, partindo só dos recursos continentais. Foi a que D. Pedro, duque de Coimbra, como regente, passou a seguir (1439).

No conjunto, a intervenção portuguesa na Península, orientava-se, desde D. João I, no sentido de manter a sua partilha pelos três reinos cristãos; no caso de conflito entre Castela e Aragão, procurar-se-ia a neutralidade, evitando favorecer a vitória de qualquer dos dois reinos. O equilíbrio precário das diferentes áreas e reinos peninsulares assentava, assim, no *statu quo* das fronteiras e das áreas de influência. Esta condição era difícil de manter pois corria o risco de prolongar o domínio muçulmano do reino de Granada. Não se estranha, portanto, que fosse desrespeitada pelos filhos de Fernando, o de Antequera, que pretenderam substituir a hegemonia de Castela pela aragonesa, apoiada na influência italiana e provençal. O movimento ofensivo no sentido do domínio peninsular foi levado a efeito, em 1438, por aqueles célebres «infantes de Aragão», grupo a que pertencia a mulher de D. Duarte, assim como o rei de Aragão e o rei de Navarra.

A essa tentativa de hegemonia aragonesa opôs-se o condestável de Castela, D. Álvaro de Luna, que dispunha, nessas condições, de um amplíssimo apoio, muito embora alguns dos grandes nobres de Castela preferissem uma situação política instável e controversa que favorecesse a autonomia de que gozavam. Mas não há dúvida de que a posição de Álvaro de Luna, quaisquer que fossem as razões particulares que o moviam, representava a resistência de Castela a esta tentativa de Aragão para a colocar sob a sua tutela.

A morte de D. Duarte em 1438 e a sua declaração testamentária de que pretendia que D. Leonor, sua mulher, infanta de Aragão, fosse regente na menoridade do rei D. Afonso V, vinha pôr em perigo a neutralidade em que Portugal se tinha colocado, em face daquela luta, já iniciada. Desse modo a resistência de D. Pedro, duque de Coimbra a que a regência fosse exer-

cida por sua cunhada teve o apoio de quase toda a nobreza, mesmo que a figura de D. Pedro, acaso, lhe não fosse simpática. E do mesmo modo, era de esperar que os «infantes de Aragão», irmãos da Rainha, que então dominavam a corte de D. João II, rei de Castela, insistissem no cumprimento das disposições testamentárias de D. Duarte. Mas as Cortes portuguesas não o quiseram e substituíram por D. Pedro a regente aragonesa mencionada no testamento real.

Depois da sua subida ao poder, D. Pedro, em vez de defender a manutenção de neutralidade, dispôs-se a apoiar Álvaro de Luna, chegando mesmo a aceitar a intervenção militar. Deste modo, quando da guerra travada em Castela, entre aqueles dois grandes partidos peninsulares, garantiu a segurança das fronteiras ocidentais de Castela. Por sua vez, alguns partidários da viúva de D. Duarte — sobretudo o duque de Bragança — puseram-se ao lado dos infantes de Aragão e declararam-no publicamente.

A posição do duque D. Pedro pode considerar-se uma emergência indispensável para evitar a vitória de Aragão e a consequente unificação dos dois reinos, que Portugal, desde D. João I, receava. Esta intervenção portuguesa a favor de Luna, tornou problemática e circunstancial a vitória de Aragão, não se lhe seguindo — nem podendo seguir, em situação de guerra — os instrumentos de unificação que, na verdade, dada a força de ambos os contendores, só podia ser negociada.

Analisada em termos globais, os esforços dos infantes de Aragão constituem mais uma tentativa de unificação da Península, ou antes de dois dos seus reinos. Foi também a primeira, depois da derrota castelhana para conquistar Portugal. A tentativa de Castela tinha consistido num processo de unificação do centro para a periferia atlântica. Foi vencida. Seguiu-se, agora, o projecto de unificação dos dois reinos, partindo da periferia mediterrânica para o centro da Meseta. A resposta foi a resistência desta, apoiada pela retaguarda atlântica. Poderia D. Pedro ter agido de outro modo? Seja como for, o certo é que a unificação da Península partindo do Mediterrâneo para Castela também não resultou. Para isso contribuiu muito a resistência de Álvaro de Luna, e não foi secundária a participação de D. Pedro, duque de Coimbra, assegurando-lhe a retaguarda e libertando-lhe assim forças consideráveis.

Álvaro de Luna representava, como se disse atrás, a resistência de Castela à unificação dos dois reinos por iniciativa de Aragão, isto é, tendo como consequência a hegemonia do reino mediterrânico. Mas, afastada

essa hipótese, a luta veio a degenerar numa guerra civil castelhana, em que o condestável de Castela foi vencido e morto. Aí, a intervenção de Portugal é menos compreensível.

A evolução dos acontecimentos teve consequências importantes em Portugal. Deram a medida de como os envolvimento peninsulares continuavam, tal como no século XIV e em toda a primeira dinastia, a comportar consequências e riscos excessivos. Na verdade, todas estas ocorrências ligadas a D. Álvaro de Luna e ao apoio — acaso indispensável, numa fase da luta — que lhe foi dado por D. Pedro, duque de Coimbra, vieram a confirmar os riscos que corre a independência nacional quando se definem duas políticas externas, contrapostas e apoiadas em grupos (partidos?) dotados de mobilização interna também contraposta. A consequência dessa insinuação do apoio exterior para aumentar a capacidade de um grupo político interno, que o defende e promove, foi o esmagamento de um deles, não pela sua própria dinâmica e audiência nacional, mas pelo desaparecimento ou enfraquecimento do grupo que, além-fronteiras, apoiava. A guerra civil que culminou e terminou na batalha de Alfarrobeira (1449) está directamente relacionada com a política externa seguida pelo duque de Coimbra. Vencido Álvaro de Luna em Castela, foi depois vencido D. Pedro seu aliado, em Portugal.

Em face deste acontecimento, de novo se inseriu ou renovou, na experiência nacional, a consciência da necessidade de uma política externa polivalente, nunca depositada num grupo, por muito respeitável que ele seja. Portugal só pode ter *uma* política externa, aquela que o poder executivo determina, conhecidas as disposições e possibilidades estratégicas do momento, estudados, nos órgãos responsáveis, a mediana executiva necessária. A política externa nacional não pode provir da confrontação ou negociação dos partidos mas do condicionamento geopolítico a que as entidades responsáveis têm de dar expressividade nacional. Não há política externa própria sem capacidade nacional, que se prova pela habilidade forte em se ajustar a diferentes alternativas. E as correntes nacionais — se o forem — têm possibilidades de atingir o consenso nacional, desde que recusem os apoios externos para a sua definição.

O resultado da guerra civil, de 1448-1449, sanada com excepcional violência e lucidez por D. Afonso V, marcou toda a política externa e interna portuguesa, até 1580. Depois de Alfarrobeira, até essa altura, nunca mais reis autorizaram que as divergências em política externa se soldas-

sem a uma dimensão interna que pudesse suscitar a intervenção estrangeira. Tal como já tinha acontecido na primeira dinastia, essa divisão voltou a acarretar a guerra civil, a ameaça à independência e a perda ou o enfraquecimento de posições de política interna que, por esse motivo, deixavam de ter sugestividade nacional, perdendo-se propostas, acaso valiosas, se menos comprometidas. Mas, nesta ocasião, o facto teve, ainda, um outro efeito: quase fez esquecer a derrota de Tânger e a crise de confiança que tinha provocado nas possibilidades estratégicas do Atlântico Sul. A necessidade de reforçar no mar recursos que compensassem as pressões da fronteira terrestre voltou a tomar corpo. Era bem claro que Portugal precisava de apoios fora da Península, de modo a evitar o seu envolvimento nas questões que esta constantemente levantava. E mantendo-se a situação da França, da Flandres e da Inglaterra, em meados do século XV, revelados os perigos peninsulares, regressava-se à tentativa de apoio nas ilhas do Atlântico, na costa de África e no seu tráfego, assim como ao esforço pelo alargamento da área de influência marroquina. O mar do Norte podia fornecer apoio económico, mas tudo se conjugava para que, na conjuntura europeia do século XV, a sua capacidade de incidência política na Península continuasse a ser praticamente nula. Entretanto, o rendimento económico das novas áreas do Atlântico Sul começava a tomar vulto. Consequência lógica foi, portanto, que D. Afonso V voltou a querer consolidar o domínio da nova área estratégica, retomando o processo do alargamento da área de influência em Marrocos.

O alargamento da influência atlântica de Portugal foi a grande característica dos meados do século XV e transformou Portugal na primeira potência marítima ocidental. A solidez dos apoios de que dispunha nos arquipélagos atlânticos, os bons resultados que alcançara com o tráfego comercial que aí montara, a superioridade tecnológica da sua construção naval, nos modos de navegação e no conhecimento de correntes e ventos do Mar Oceano, tornavam Portugal uma potência marítima única no Atlântico Sul. Como estado peninsular, a sua influência, força e capacidade de mobilização ia, assim, muito além do território metropolitano. Pode, finalmente, penetrar no Mediterrâneo e apresentar aí produtos de primeira ordem. O seu tráfego interessava, tanto no Mediterrâneo, pelos produtos tropicais (o açúcar), como no mar do Norte com artigos de produção

mediterrânica, tropical e atlântica (açúcar, sal, vinho). A mobilidade da sua marinha dava-lhe uma ideia de distância superior à que os europeus da altura manejavam.

6. *Novos mundos e novos Estados*

Quaisquer que sejam as perspectivas que se escolham para analisar os acontecimentos, a característica dominante da Europa, desde a segunda metade do século XV ao primeiro quartel do século XVI, é o contacto directo e constante de camadas comuns de população europeia com civilizações diversas da cristã. Desde a presença imediata do império turco, instalado no Mediterrâneo Oriental e zonas próximas, até à chegada dos portugueses ao reino do Congo, à Índia, à China, ao Japão, a Java, ao Sião, ao Brasil, e dos espanhóis ao México e ao Peru, ou dos ingleses a Moscovo, a Europa empreendeu, por seus próprios meios, o contacto com todos os povos do Mundo. O facto ficou a pesar, desde sempre, em todos os acontecimentos que, nos séculos seguintes, se relacionaram com esse confronto. Se exceptuarmos os turcos, o contacto entre civilizações foi sempre feito ou por iniciativa ou através dos recursos europeus. Nunca pela acção dos outros povos: não foram estes últimos que chegaram à Europa, mas os europeus que tiveram meios de abranger o universo inteiro. E no caso turco é bem sabido o papel desempenhado pela colaboração da tecnologia militar ocidental na força do seu exército.

Os efeitos desse contacto foram os mais variados; com isso não devemos supor que se encadeiam segundo uma evolução única ou revestem uma só perspectiva. Ao criarem meios de comunicação com todo o mundo, os europeus só asseguraram as vias de difusão. Mas, apesar de assim ficar em ligação com todo o mundo, a Europa manteve o seu próprio conjunto de regras de civilização cuja dinâmica não misturou; manteve, igualmente, as regras correspondentes ao seu viver, embora não deixasse de ser sensível aos novos mundos, nem de perceber que lhe era indispensável considerar novas formas de actuar, política e militarmente. Ao encontrar os novos mundos, a Europa manteve, pois, a sua identidade e o seu sentido próprio de adaptação eficaz. Tomou-o mesmo como superior.

Outro aspecto que, na segunda metade do século XV, teve um papel decisivo na vida europeia e condicionou toda a actividade diplomática, que durante esse período foi levada a efeito, foi a alteração completa do equilíbrio

européu. A constituição de potências de direcção centralizada na pessoa de um rei, assistido por corpos de consulta política, foi acompanhada de uma grande capacidade bélica.

Os estados dispunham-se no sentido de procurarem maior unidade e de fomentarem o policiamento e repressão eficaz no seu interior, de modo a poderem resistir ao avanço dos outros estados ou a imporem as suas concepções de fronteira e de ofensiva. A criação de um grande estado levava imediatamente por parte dos vizinhos à constituição de sistemas de defesa, de modo a que os territórios tornados próximos, por razões geográficas, políticas, ráticas, ideológicas ou económicas e outras, pudessem recusar a sua inclusão no estado vizinho. Nesse processo, vieram a constituir-se em confronto estados de dimensão ou possibilidades semelhantes, nas áreas fundamentais da Europa: o equilíbrio europeu. As regiões que se não incluíram nessas grandes unidades militares eram áreas estratégicas especiais que não podiam pertencer a nenhuma das potências unificadoras, sem alterar o equilíbrio encontrado. Outras regiões (hoje fundamentais) estavam suficientemente afastadas dos centros de decisão para constituírem elementos ponderáveis na política internacional.

A essas razões de equilíbrio e defesa na constituição de grandes estados acrescentavam-se outros motivos. Assim, a manutenção destes exigia aparelhos administrativos, financeiros e militares altamente dispendiosos e complexos, absorvendo fundos consideráveis. E não tendo ocorrido quaisquer transformações tecnológicas, agrárias ou industriais, que aumentassem a riqueza, de uma forma intensiva, a solução para manter soldados, funcionários e outros elementos de vida de estado centralizado era, por um lado, especializá-los e, por outro, recolher os rendimentos de grandes extensões de território e de muita população. A via para o grande estado apresentava-se, pois, nesta altura, como inevitável. E uma vez constituída a grande unidade política seguia-se a constituição de outra, uma vez que a expansão de uma provocava a necessidade de defesa de outras áreas, que só podia alcançar-se por meio de outro grande estado. Processo que se verificou nas diferentes regiões europeias.

As exigências regionais também actuavam. A Itália, como região altamente civilizada, mais eficaz e experiente nas relações internacionais, só poderia apoiar um estado independente caso ele não alterasse o equilíbrio entre os estados que a pretendiam dominar: a Espanha, a França, e a Áustria. E de facto, a política papal visava essencialmente esse equilíbrio.

Era ele que tornava impossível qualquer hegemonia duradoura sobre a Itália, uma vez que qualquer estado se oporia a que os outros a conseguissem e exercessem.

A conquista de Constantinopla, em 1453 pelos turcos, quando estes já estavam instalados na Moreia (1423), marca a sua presença definitiva no Mediterrâneo Oriental. Em 1458 ocupam Atenas. A sua avançada para o norte e para ocidente não é imediata, mas isso não lhes impede o domínio do mar; ocupam o arquipélago trácio (1456) e, embora por muito tempo não consigam conquistar Rodes ou Chipre, dominam as zonas mais importantes. Ao longo de todo este período, até à subida ao poder de Soleimão, o Magnífico, (1520), asseguram-se de uma posição hegemónica. Acabam por se apoderar do Egipto (1516-1517), de Belgrado (1521), e finalmente de Rodes (1522). No entanto, estas vitórias não devem iludir-nos sobre o perigo geral turco. Tratava-se de sucessos que aproveitavam fraquezas circunstanciais e que não podiam transbordar para além do Mediterrâneo Oriental. Aí, o domínio turco, no primeiro quartel do século XVI, é uma realidade insofismável. Exercia as funções de uma potência centralizadora que, em verdade, ninguém podia disputar-lhe. Ao tomar esse papel, os turcos passaram a ter contra eles os localismos radicais em que a área era muito fértil. E foram esses localismos que se tornaram a base de apoio para a resistência cristã. Mas os turcos procuraram tornear a dificuldade, concedendo facilidades à expressão local, sem prejuízo da centralização política e militar. Deste modo tornaram impossível que os diversos antagonismos se unissem para uma acção simultânea. O nexó ideológico procurado para essa acção, no campo religioso, era muito condicional. Por outro lado, as potências ocidentais não estavam em condições de fornecer os quadros unificadores, militares e administrativos para montarem, em toda a área turca, uma organizadora administrativa que a substituísse. As questões europeias absorviam-nas por completo e o domínio da Itália era, para elas, nesta altura, uma questão bem mais fundamental do que a unidade contra o turco ou o próprio receio do predomínio maometano. Por sua vez, os chefes turcos, em luta com os guerreiros da Europa Central e Oriental, chegaram à mesma conclusão — embora em sentido inverso — a que já tinham chegado os cruzados, os genoveses, os venezianos, os catalães e depois os portugueses, os austriacos, húngaros e polacos: nas condições da tecnologia militar e dos recursos demográficos em que assenta a força real dos exércitos, as invasões súbitas da Europa e a conquista de extensos territórios por uma marcha

militar eram, naquela altura, impossíveis. O império bizantino levava séculos a desfazer-se. Por outro lado, as zonas marginais, tanto na costa marítima como em regiões geográficas bem definidas, não davam medida da resistência interior. A Europa era inconquistável, como o era a Ásia. A África e as Américas não ofereciam, então, interesses que dispusessem a uma conquista. E enquanto durassem essas condições, os turcos não constituíam um perigo iminente, nem eram uma ameaça à integridade da Europa. Representavam, até, um factor de estabilidade, na medida em que realizavam uma tarefa de unificação e pacificação de uma área que ninguém na Europa estava em condições de levar a efeito. Veneza foi quem mais facilmente e primeiro se apercebeu desse facto e tirou daí as consequências, estabelecendo no mar Mediterrâneo um *modus vivendi* (1488-1521) com o império turco, valendo-se do acesso que tinha aos grandes mercados europeus, para lhes assegurar relações comerciais os respectivos fornecimentos. Na medida em que diminuísse o tráfego comercial entre o império turco e a Europa, perdia sentindo a preocupação dos turcos pela paz nas fronteiras orientais. As trocas comerciais tornavam-se para o Mediterrâneo uma condição de paz.

A evolução das potências europeias do século XV para o XVI confirma plenamente o processo unificador. Nesse aspecto, em primeiro lugar, a Áustria consolida definitivamente a herança dos Habsburgos, no trono do império alemão. Com Maximiliano, alarga-se a área colocada sob a égide imperial, abrangendo uma parte da Itália, a Flandres, grande parte da Borgonha, muitos estados alemães, assim como a própria Áustria. O essencial de todo este processo ocorreu nestes 75 anos que confluíram até ao imperador Carlos V (1519). Desde o aproveitamento federalista do regionalismo feudal, à política de casamentos, criação de órgãos coordenadores, definição dos interesses financeiros e defesa da unidade religiosa, tudo contribuiu para consolidar o império que, com Carlos V, vai reunir ainda a Espanha e os seus domínios marítimos. Deste modo, com a Áustria a tentativa de unidade, na diversidade orgânica, característica da Europa, tomou, no século XVI, uma extraordinária amplitude. Os súbditos imperiais realizam também, depois dos portugueses, um contacto de civilizações que impressionou profundamente a Europa, pois levou a um confronto directo de que saiu vencedora.

Um outro aspecto dinâmico apresenta, neste período, a Espanha, quando unida ao império austríaco. Como grande potência terrestre e mediterrânica, o «mundo» alemão funde-se mal com os interes-

ses atlânticos que, neste primeiro quartel do século XVI, são mais um veículo de riquezas do que uma área estratégica. Por isso, a luta entre a França, a Áustria e a Espanha para o domínio de Itália e os esforços daí consequentes para a hegemonia europeia, no último quartel do século XV e no primeiro do século XVI, constituíam o essencial da política externa da época.

Em compensação o oceano Atlântico intervinha mas não decidia. A união negociada dos dois reinos, Castela e Aragão, da Península realizada em 1471, como monarquia dual teve, por isso, um alcance mais imediato do que as navegações de Cristóvão Colombo. A Espanha unificada politicamente na sua quase totalidade, excepto muito naturalmente, a faixa atlântica (Portugal) alcançou uma situação especial. E como o acesso à Guiné e às Canárias; e depois, no século XVI, com as civilizações americanas, colocou sob uma mesma realza, no século XVI, amplos territórios europeus, associados a compromissos atlânticos e ultramarinos.

Apesar do que isto constituía como unidade, também aqui se vê a importância da Itália. Os interesses de Aragão pela Itália devem ter contribuído, de um modo decisivo, para favorecer a junção dos dois reinos peninsulares. Do mesmo modo, as dificuldades de Castela a ocidente devem ter influído na sua orientação de tentar, primeiro, a união com o reino sem preocupações de partilhas territoriais, enquanto Navarra veio a ser, também, chamada ao conjunto peninsular assim formado.

A ocidente, foi Castela, como potência central e fornecedora de soldados, que se encarregou, tal como a Turquia, a oriente, das funções orgânicas e burocráticas da centralização hispânica possível, indispensável para coordenar administrativamente uma área tão extensa. A sua capacidade de recrutamento de soldados e de pequenos funcionários era muito semelhante à que existia no império turco. E também em Castela, o facto não pesou pouco na facilidade de transferência, para Castela, das responsabilidades da centralização.

O rei de França exercia uma função coordenadora do extenso território que se encontrava sob o seu domínio, entre o Mediterrâneo e o Atlântico. A diversidade feudal facilitada pela variedade das populações e das regiões específicas deixava de garantir a segurança, tão essencial como a autonomia. A Guerra dos Cem Anos mostrara quanto as populações locais, sem a defesa do poder central, estavam sujeitos a ataques e a espoliações. Por isso, a dura lição de todos esses sofrimentos foi o principal factor que favoreceu o

isolamento público dos adversários da centralização francesa, levada a efeito por Luís XI que recebeu o apoio constante de tantas populações, habitualmente autonomistas. Ao mesmo tempo, com a morte de Carlos, o Temerário (1477), triunfou, por completo, a orientação de Luís XI, no sentido de impedir que a Borgonha, juntamente com a Flandres, pudesse constituir um estado tampão, relativamente aos territórios alemães. Seguiu-se a partilha dos territórios que tinham estado sob a jurisdição da Borgonha. Alcançado esse objectivo, a França tentou estender a sua influência ou hegemonia para a Itália. Entrou, primeiro, em choque com a Espanha e depois com a Áustria e com o próprio Papado, sem conseguir grandes resultados. Este facto, incontestável, desde final do século XV, teve consequências importantes. A França, não tendo podido garantir, por essa via, a sua influência no Mediterrâneo, lançou mão com o mesmo objectivo de outros recursos que vieram a ter influência decisiva na história do Mediterrâneo, durante todo o século XVI: a aliança com o Turco.

Neste conjunto de estados e neste período, deve acrescentar-se que o Papado que havia conseguido ultrapassar a crise da primeira metade do século, defendendo a unidade católica e vencendo as principais dissidências, manteve, no decurso da segunda metade do século, a influência internacional que a descoberta de novas terras tinha tornado imprescindível, pela sua função de arbitragem. Mas se, no princípio do século XVI, a Igreja consegue ainda orientar os primeiros sinais de reforma, sem afectar a ortodoxia e unidade religiosa, no final do segundo decénio surge uma cisão que se agrava, com rapidez, para, nos anos quarenta, se tornar definitiva. E embora a acção da Igreja, tanto no campo do direito internacional como no sentido de impedir que a Itália fosse dominada por qualquer potência estrangeira, continuasse a ser altamente positiva, o certo é que a crescente amplitude da cisão reformista acarretou, desde logo, uma limitação incontestável ao alcance das suas decisões, atitudes e prioridades.

A Europa, absorvida na via de estados centralizados, fundindo em fórmulas administrativas os particularismos sobreviventes, não perdeu a sua vitalidade cultural e realizou movimentos culturais de grande amplitude. O Humanismo e o Renascimento procuram um modo unificado, tanto na qualidade como na temática, para o exercício da vida intelectual europeia. Mas esta, afinal, depressa voltou a exprimir que a sua *fons vitae* essencial era

a diversidade. O mesmo se verificou, com a imprensa que, aplicada, pela primeira vez, em 1453, depressa veio a revelar-se um meio de defesa das culturas nacionais.

7. As compensações

A batalha de Alfarrobeira (1449) foi, como se disse, em grande medida, uma consequência da política externa de D. Pedro, duque de Coimbra, no seu apoio a D. Álvaro de Luna. A derrota deste, sucedeu a expulsão de D. Pedro do poder. Não obstante, o acontecimento deu possibilidade a que, durante mais alguns anos, se mantivesse o equilíbrio peninsular na fórmula Portugal-Castela-Aragão, assente cada um dos reinos nos seus apoios tácticos: Aragão, na Itália; Castela, na guerra contra o mouro; Portugal, no Atlântico.

Numa incidência mais particular, a derrota e a morte do duque de Coimbra provocou a diminuição da influência castelhana em Portugal. E mesmo em Castela, eram muitos os grandes senhores que preferiam o poder distante de Aragão a uma presença próxima do rei castelhano.

No confronto daquelas duas realezas peninsulares, a política externa portuguesa revelava-se cada vez mais precária, uma vez que a unificação de Aragão e Castela revelava cada vez mais possibilidades de se verificar. Para ser levada a efeito, só faltava definir-se a quem iria pertencer a hegemonia, depois da unificação. Contudo, enquanto esse problema não fosse esclarecido, haveria oportunidade para se formularem outras alternativas. Só que o projecto de unidade dos dois reinos tornava-se essencial para Castela que nele jogava a sua própria capacidade como estado coordenador e hegemónico, assim como a sua própria centralização interna. Deste modo, acentuava-se, em Castela, a energia que punha na execução da unidade com Aragão.

A batalha de Alfarrobeira e a morte de D. Pedro tiveram outros efeitos internacionais. Alienaram, ainda mais, o auxílio que a Borgonha podia fornecer a Portugal, em caso de ameaça castelhana. Embora a área do mar do Norte carecesse de eficácia militar fora do seu âmbito geográfico, seria apesar disso, fora da Península para os portugueses, o único aliado possível. E o facto era tanto mais importante quanto a situação peninsular tendia a modificar-se, em virtude da viabilidade da tendência unificadora dos dois reinos e que, mais tarde ou mais cedo, acabaria por se consumir, ficando então Portugal, na Península Ibérica alternando com a Espanha.

Sem que pudesse impedir a situação, Portugal precisava acautelar-se a esse respeito.

A consequência destes dois factos confluentes — a «frieza» da Borgonha e de Castela — só podia ser a consolidação dos interesses portugueses no Atlântico africano e a procura de apoios no Mediterrâneo e em Marrocos. Ora, precisamente nessa altura, tornavam-se mais sensíveis os resultados económicos da exploração do Atlântico. A colonização da Madeira e os sucessos do tráfego africano traziam para Portugal dois novos produtos muito cotados na Europa: o açúcar e o marfim. E se acrescentarmos os já conhecidos artigos metropolitanos, vemos que Portugal começava a exibir uma capacidade económica com algum interesse. Não admira, pois, que, aproveitando a conquista de Constantinopla pelos turcos, se verificasse, sob a responsabilidade de D. Afonso V e em ligação com Aragão, uma política externa portuguesa concebida no sentido do Mediterrâneo, da costa de Marrocos e do aproveitamento estratégico da área africana do Atlântico. Dentre os mentores nacionais que a defendiam, encontrava-se o infante D. Henrique e, dentre os apoios internacionais, encontramos os Papas, assim como o próprio rei de Aragão. Por diferentes vezes, tenta o infante D. Henrique aproximar Portugal da coroa de Aragão, no que é continuado por D. Fernando, seu herdeiro e irmão de D. Afonso V (?).

A perspectiva mediterrânica permite apreender a dimensão concreta da diplomacia portuguesa e esclarece a sua posição relativamente a Marrocos. Nessa orientação, Afonso V, dispondo-se a participar, com doze mil homens, na cruzada de Calisto II, pretendia menos chegar ao Mediterrâneo do que valorizar o papel das posições portuguesas já conseguidas, a ocidente.

Mas, em face da compreensível indiferença das potências mediterrânicas e atlânticas por esta «cruzada», o esforço de guerra, D. Afonso V não prosseguiu. Veio a aproveitar, cinco anos depois, na área marroquina, as imunidades religiosas que tinha recebido, fazendo a conquista de Alcácer Ceguer. Esta praça, em substituição de Ceuta, era um ponto de embarque para as incursões em Espanha. Motivo importante para a escolha da sua conquista: preocupação em manter a capacidade de interferência, na prepara-

(?) É evidente o interesse deste por Aragão. E, pela mesma altura, na entrevista que tiveram os reis de França e Aragão a 3 de Maio de 1462, para ratificar as alianças, Portugal foi compreendido como parte contratante. V. Santarém, *Quadro Elementar, etc.* vol. 3.º pág. 98.

ção da campanha de Granada? Quando D. Afonso V pretendeu desviar-se desse objectivo inicial e escolher Tânger, teve a discordância de D. Henrique. E Alcácer Ceguer manteve-se como o objectivo da expedição. Com a nova praça em poder dos portugueses, o tráfego do Mediterrâneo ficou mais livre. Portugal dominava, de facto, a passagem entre o Mediterrâneo e o Atlântico e consolidava, assim, a sua capacidade de interferência no tráfego que aí se realizava.

Entre 1458 e 1471, não se alterou a evolução político-militar, no sentido de tornar Portugal uma grande potência marítima, no Atlântico Sul, tanto mais que as potências do mar do Norte, absorvidas pelas tarefas locais, continuavam a não sair muito da área em que se encontravam. Exceptuava-se, neste aspecto, a Bretanha.

Portugal encontrava-se, assim, na situação de estar ele próprio interessado nos três mares conhecidos: o Mediterrâneo, o Atlântico africano e o mar do Norte. E a sua excepcional técnica naval condiz com essa polivalência. O facto fez de Portugal uma potência muito *sui generis* e deu à sua política externa uma grande originalidade.

São importantes os passos ocorridos até à conquista de Arzila e de Tânger (1472) para definir, no direito internacional da época, uma área exclusiva a Portugal, na extensa zona colocada entre a Mina e Lisboa, tendo como pontos de apoio os arquipélagos da Madeira, dos Açores e de Cabo Verde. As suas condições de navegação conheciam-nas perfeitamente, os portugueses. Por volta de 1471, quando a Mina se tornou um ponto essencial do tráfego aurífero africano para a Europa, Portugal, através das navegações, passou também a dispor do meio de pagamento mais privilegiado do mundo: o ouro.

Uma parte considerável das preocupações da política externa de Portugal, nesta altura, visava não só preservar a segurança das rotas do mar do Norte como garantir o exclusivo de acesso ao Atlântico africano que tinha descoberto e organizado como exploração sua.

Assim, neste período, entre 1449 e 1470, a política externa portuguesa actua em três planos: a defesa das áreas descobertas e sua organização como conjunto económico e estratégico; a manutenção do equilíbrio peninsular em que Portugal participasse com outros reinos de capacidade igual; a neutralidade relativamente ao mar do Norte, sem deixar de procurar relações estáveis com aquela área. O primeiro objectivo levava Portugal a manter boas e esclarecidas relações com a Santa Sé; o segundo, a uma inter-

venção no mar Mediterrâneo, em apoio de Aragão e no sentido de dispor de posições susceptíveis de exercer pressão sobre os outros reinos. Por último, a procura de relações com a Bretanha, a França, a Borgonha e a Inglaterra visava garantir ou aumentar privilégios que mantivessem aberto o mercado fundamental do mar do Norte. Isso não impedia que fossem tomadas, se necessário, medidas de força (guerra com a Inglaterra de 1471 a 1473). A posse das praças em Marrocos era importante para os dois primeiros objectivos: facilitava o ataque à pirataria do estreito de Gibraltar que podia afectar as relações com a costa da África, tanto mais importantes quanto mais seguras fossem as rotas. Essa segurança revelava-se mesmo essencial, logo que e tornou regular o transporte do ouro da Mina para Europa.

De grandes consequências sociais, era o facto de o tráfego da costa de África exigir tripulações armadas e praças fortes, para conseguir bons resultados, criando um tipo próprio de mercador, enquanto no tráfego do mar do Norte o que predominavam eram os negociantes ricos e bem relacionados. Esta dualidade forçava a uma cisão social entre aqueles dois circuitos comerciais. A diversidade era flagrante e afectou a constituição, o vigor e as formas de dependência da classe mercantil portuguesa do século XV. A diferença da preparação dos mercadores, conforme as áreas do tráfego, nunca deixou de afectar a classe mercantil portuguesa e decerto influíu na dificuldade de se organizarem com corporação própria. Se havia mercadores propriamente ditos, a verdade é que outros se tomavam por cavaleiros e obtinham os seus artigos por processos inaplicáveis ao tráfego do mar do Norte. E do mesmo modo se cindiam os processos de política externa portuguesa, oscilando entre o sistema habitual de espera e protocolo de compra e venda, praticados no Norte, e o exibicionismo e as conveniências de força, indispensáveis nas novas áreas. O fenómeno não era exclusivo a Portugal mas tomava aqui um contraste do maior relevo.

8. *De novo a Península Ibérica*

Tudo isto se acumulava em efeitos e exigências. Portugal ia constituindo uma posição comercial única pelo acesso directo a fontes de produtos raros. Ao mesmo tempo, impunha-se-lhe, na Península Ibérica, uma activa vigilância e até uma posição — perante a luta prolongada e indecisa entre Castela e Aragão — no sentido de definir a quem iria pertencer a hegemonia, após a unificação e como se poderia preparar a conquista de Granada. Entretanto,

muito lentamente, tomava forma a unificação negociada que não parecia fácil. Em Aragão, defendiam-na aqueles que sabiam indispensável os recursos castelhanos para qualquer acção política na Itália; em Castela, aceitavam-na os que sabiam indispensável o auxílio de Aragão para a conquista de Granada. Em contrapartida, muitos fidalgos castelhanos e aragoneses mantinham a predilecção por uma realeza em luta, incapaz de se impor ao poder local que, assim, lhes pertenceria. Mas a corrente de opinião para a unidade negociada de Aragão-Castela, desde que daí não resultasse supressão de privilégios, ia tomando a forma de um projecto nacional e dinástico. O rei Henrique IV de Castela receava a hegemonia aragonesa e parecia continuar a preferir a aliança com Portugal, de modo a melhorar a capacidade de imposição castelhana. Nesse sentido, procurou, por várias vezes o apoio de D. Afonso V para uma espécie de bloco anti-aragonês.

O rei português, sobretudo depois da tomada de Arzila e Tânger e dos recursos importantes de que dispunha com o tráfego do ouro africano, retomou uma política externa de intervenção relativamente ao equilíbrio ibérico, de forma a constituir uma nova proposta: o projecto da união das coroas de Portugal, Castela e Leão, na Casa Real portuguesa.

Em termos geopolíticos, esta posição correspondia a uma consciência sobre o papel de Portugal no contexto peninsular, diferente do que era tradicional. Até então, os reis portugueses tinham entendido que a neutralidade em face das questões peninsulares ou a posição defensiva era o que mais convinha ao País. D. Afonso V vem a tomar a esse respeito uma posição diversa. A causa só pode ser o aumento da importância que, entretanto, o Atlântico tinha tomado, com a consequente capacidade política da intervenção portuguesa, a partir dessa valorização. Daí resultava que Portugal, nas suas negociações estratégico-políticas supunha poder oferecer a Castela — aos seus responsáveis — compensações interessantes que melhoravam consideravelmente as condições europeias da Península Ibérica, agora detentora de novas áreas.

O problema ainda pode ver-se de outra forma: depois de ter falhado a tentativa de unificação da Península feita a partir do centro (Castela) para a periferia atlântica (Portugal), foi tentada a unificação, com os infantes de Aragão, passando da periferia mediterrânica (Aragão) para o centro (Castela), que também falhou. Segue-se agora, com D. Afonso V de Portugal, a tentativa de unificação passando da periferia atlântica, fortemente valorizada no século XV, para o centro (Castela), abertamente em busca de «reinos

para colaboração». A fórmula do casamento de D. Afonso V com D. Joana (1473) era o culminar de diligências conduzidas pelo rei português, tanto nas conversações realizadas em Gibraltar, como na peregrinação a Guadalupe (1463).

A posição anticastelhana de D. Afonso V tinha-se modificado muito, desde Alfarrobeira. Definia-se afinal, acaso prematuramente, um bloco Ocidental-Atlântico, dirigido e assente nos novos interesses em que Portugal tinha mais experiência, diversa do equilíbrio que o grupo Navarra-Aragão-Castela, orientado para o Mediterrâneo, pretendia estabelecer. A aliança Portugal-Castela traria a estes dois países uma nova forma de equilíbrio peninsular concebido a partir do domínio do Atlântico e por aí, como forma de pressão mais geral, a hegemonia sobre a entrada do mar Mediterrâneo e a expulsão dos navegadores ingleses e bretões das novas áreas. No plano das disputas peninsulares, estabelecia-se um acordo sobre as Canárias. Mas nada disso podia ainda ter peso para ser a razão de ser da política externa de um bloco de estados peninsulares. Referia problemas ainda demasiado afastados dos centros tradicionais de hegemonia. Se o eco nacional era já suficiente para a realizar, o seu efeito internacional era ainda reduzido, pois as áreas tradicionais, sem serem únicas, mantinham todo o seu prestígio.

A política externa portuguesa tinha evoluído vagarosamente, desde finais do século XIV, de um entendimento Portugal-Aragão, com vista a conter Castela, para um acordo Portugal-Castela, no sentido de aproveitar as capacidades estratégicas do Atlântico africano. Esta orientação torna-se mais clara, a partir de 1460, depois da morte do infante D. Henrique, acentuadamente aragonista-neutralista, em matéria de política peninsular. Para ele, a política atlântica de Portugal dificilmente se podia ligar aos interesses castelhanos. Mostrou-o bem nas posições que tomava relativamente às ilhas Canárias. Depois da morte do infante D. Henrique, D. Afonso V promoveu uma prolongada visita a África. Aí se manifestaram os desacordos com seu irmão D. Fernando e com D. Pedro, filho do duque de Coimbra, acentuadamente pró-aragoneses. Ao mesmo tempo, as suas negociações com D. Henrique IV de Castela preparavam os casamentos que, a realizarem-se nos modos previstos, lhe trariam uma proeminência na Casa Real de Castela. Quaisquer que fossem as perspectivas desta orientação, tinha contra ela a poderosa corrente castelhana que defendia a aliança negociada com Aragão, visando as finalidades recíprocas da conquista de Granada e de uma política mediterrânica. E não é pôr de parte a ideia de que a política

africana de D. Afonso V tivesse como objectivo valorizar o seu papel na interrupção dos auxílios africanos a Granada e portanto melhorar as condições de negociação da sua alternativa, em face das possibilidades de colaboração aragonesa, na conquista de Granada. Uma coisa parece certa: a política de Afonso V em África não é separável da sua política na Península Ibérica e surge quando, em Portugal, é flagrante o interesse pelo que se passa no Mediterrâneo. Por outro lado, essa política define-se com mais clareza depois da «descoberta» do ouro da Mina, por volta de 1471.

O processo da unificação realizava-se pois, na Península, tendo em conta três factores tradicionais de grande relevo: a importância do Atlântico, a necessidade da conquista de Granada e a política italiana de Aragão. Mas a estas três condições acrescentava-se a circunstância nova que era a interferência de marinheiros vindos de zonas do mar do Norte, ingleses e bretões, nas novas áreas e a própria pirataria local. Para a enfrentar e manter o domínio das suas áreas importaria a intervenção conjunta das diferentes monarquias hispânicas. Mas como? Para tanto, D. Afonso V perfilhava a ideia de unir Castela a Portugal, mantendo a hegemonia deste último. Contava para isso com a sua posição no Atlântico africano e a importância das praças de África para a conquista de Granada e decerto com os rendimentos provenientes do tráfego africano. Por outro lado, as deficientes relações com as potências do Atlântico Norte pareciam dar a esta política portuguesa uma certa inevitabilidade.

O rei de Castela, Henrique IV, hesitava entre a proposta Castela-Aragão e a proposta Castela-Portugal. Acabou por se inclinar para esta última e daí a proposta do casamento de D. Afonso V com princesa D. Joana, filha do rei castelhano e sobrinha do rei português. Opunha-se-lhe a corrente que tinha resolvido o problema principal da hegemonia de um dos reinos, defendendo a fórmula da união por casamento das realezas de Castela e Aragão. Fórmula politicamente irresistível. A expressão *Reis Católicos* tem grande significado pela garantia de carácter paritário da nova realeza e manutenção dos direitos específicos de cada reino. Fórmula muito mais rica de conteúdo do que a ambiguidade imprecisa da ligação Castela-Portugal, que se afastava dos centros europeus de decisão e explorava áreas novas ainda mal definidas. Acresce que o acolhimento dos projectos de D. Afonso V, mesmo por parte de Portugal não era entusiasta. Aqui, a corrente interna mais forte defendia a neutralidade nas lutas civis e dinásticas da Península. E o apoio procurado junto de D. Afonso V por alguns nobres espanhóis, a

quem interessava o poder regional (em face da debilidade real), não era empolgante. Tinha uma excessiva marca da conveniência, sujeita portanto, ao desgaste do sucesso e do insucesso.

Essencialmente, foram essas duas concepções de unidade hispânica que se digladiaram no confronto do Toro, em 1476. O problema militar era, em si mesmo, secundário, sendo fundamentalmente política a derrota sofrida por D. Afonso V. O que, na verdade, venceu foi o esquema da união negociada Castela-Aragão, no contexto dos interesses peninsulares. Seguiu-se a pacificação interna dos dois reinos e o reforço da posição aragonesa, em Nápoles, e de Castela, junto da França.

D. Afonso V de Portugal não se apercebeu do pouco alcance nacional das suas posições. Apoiado em alguns responsáveis castelhanos, pretendeu chamar, a favor das suas «teses», os interesses europeus. O resultado foi nulo. Por muito que preocupasse a França, ou a Borgonha, Portugal era um reino longínquo. O seu papel estava ligado só à área que lhe competia e aos fornecimentos que assegurava. A utilidade estratégica de Portugal para as áreas dos países do Norte era insignificante. Portugal existia na Península e conquistara um papel no Atlântico africano. Mas que significava isso na Europa do século XV?

O Tratado das Alcáçovas assinado em 1479 consagra a inevitável derrota política de D. Afonso V, ou seja do seu critério de unificação da Península, em face de outro que lhe era superior. Significava também que se o Atlântico tinha peso para defender eficazmente a independência portuguesa ainda não tinha para dar a Portugal uma dimensão no equilíbrio europeu.

Jorge Borges de Macedo

Professor da Universidade de Lisboa